



DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÕES PREVISTA NO REGIMENTO INTERNO DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UEM

Pedro Bisacchi Lima (Universidade Estadual de Maringá)

Janaina Gazarini (Universidade Estadual de Maringá)

Mara Lucy Castilho (Universidade Estadual de Maringá)

Wellington Benevides dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)

ra126586@uem.br

Resumo:

O projeto de extensão vinculado à Incubadora UNITRABALHO denominado *Quitutes e Belezuras: a identidade cultural regional refletida na alimentação e no artesanato* adota como princípio norteador a atuação coletiva e igualitária de Empreendimentos Econômicos Solidários com o objetivo de garantir a autonomia e a valorização das pessoas, suas produções e o saber local. A iniciativa começou em 2017 e segue até os dias atuais aperfeiçoando suas diretrizes, sendo assim, nesse presente trabalho, são elencados os desafios da implementação de comissões na Feira de Economia Solidária da UEM, que após a criação de um regimento interno suas principais repercussões foram: a apreensão dos princípios e valores que regimentam a Economia Solidária; as implicações que foram surgindo no andamento do processo; o papel dos discentes e docentes da Incubadora UNITRABALHO para que o projeto possa se concretizar, e os possíveis encaminhamentos para a resolução de problemas, almejando a busca de um modelo econômico sustentável, respaldados na construção de uma identidade atrelada aos conceitos basilares da Economia Solidária.

Palavras-chave: Autonomia; Autogestão; Organização Coletiva.

1. Introdução



O projeto de extensão “*Quitutes e Belezuras: a identidade cultural regional refletida na alimentação e no artesanato*” realiza, em parceria à Incubadora UNITRABALHO/UEM/Sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Feira de Economia Solidária, pautada nos princípios da Economia Solidária, sendo eles a cooperação, autogestão, democracia e solidariedade. Dessa forma, seu principal objetivo é proporcionar atuação coletiva e igualitária de Empreendimentos Econômicos Solidários, que possibilite a autonomia e empoderamento sobre às produções locais, além de propiciar outro modelo de organização incentivado por um processo de formação continuada dos envolvidos e novos feirantes que adentrarem.

A Feira de Economia Solidária surgiu no ano de 2017, no qual foram realizadas edições esporádicas em eventos da UEM, até março de 2020. No período de pandemia de COVID-19, a Feira ocorreu de forma remota e só obteve seu retorno de forma presencial a partir de abril de 2022, com frequência semanal, possibilitando a visibilidade e geração de renda de seus participantes, além da implementação de quatro comissões dentro do coletivo para um melhor gerenciamento de tarefas e demandas. Atualmente onze empreendimentos de Maringá e região participam deste coletivo que tem sua realização às terças-feiras, na passarela central do Campus Sede, no período das 9 às 17 horas.

Ademais, o coletivo tem a participação da Incubadora UNITRABALHO através de seus bolsistas graduandos e técnicos recém formados que venham a assumir um papel mediador dessa relação entre o conteúdo produzido dentro de um contexto acadêmico para com a sociedade, sendo esta, representada pelos feirantes que compõem o coletivo, abarcados por diferentes contextos e vivências. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar os desdobramentos da implementação de comissões dentro do coletivo da Feira de Economia Solidária e possíveis encaminhamentos com relação ao seu funcionamento.

2. Metodologia



A Incubadora, em participação conjunta com os feirantes, realizou reuniões semanais, entre agosto e novembro de 2022, para a criação de um regimento interno da feira, pautados nos critérios inseridos na Cartilha de Economia Solidária, que retratam os tipos de planejamentos para gerenciar um coletivo, sendo eles o estratégico, tático e operacional (Amaral, 2020). Dentro da construção desse regimento, foi proposta a elaboração de um tópico intitulado *Funcionamento da Feira de Economia Solidária da UEM* no item 1.4, no qual registram a existência de comissões, em que todos os membros devem compor ao menos uma delas, sendo definidas em reunião coletiva, as quais são divididas em 1) Infraestrutura, que assume a organização física do local e o registro de frequência dos participantes, sendo a responsável pelo controle e registro das atas das reuniões do coletivo; 2) Finanças, detendo a responsabilidade do controle e previsão de gastos; 3) Divulgação, que administra os meios de comunicação e divulgação da feira e 4) Formação Continuada, que incentiva a discussão de conceitos a respeito da Economia Solidária no coletivo e para o público geral.

Outro processo importante nessa estruturação é o papel assumido pela Incubadora, que por meio de seus docentes e discentes consigam realizar essa mediação entre os postulados que consolidam a Economia Solidária e as (os) feirantes ingressados no coletivo, atentando-se às particularidades que o contexto material e social nos oferta para podermos realizar sua aplicação.

3. Resultados e Discussão

O regimento interno foi aprovado em de novembro de 2022, a primeira alteração ocorreu em fevereiro de 2023 e a última em janeiro de 2024. Seu propósito e referencial está na autonomia que se almeja conquistar por meio da autogestão, em que todos os membros estejam informados dos ocorridos e encaminhamentos discutidos em assembleia (Singer, 2002). Dessa maneira, a distribuição de tarefas divididas em 4 comissões foi deliberada como uma possibilidade da participação de todos os membros, sem que houvesse uma sobrecarga de afazeres para os feirantes mais engajados.



Após esses encaminhamentos estabelecidos em coletivo, a equipe de discentes e docentes da UNITRABALHO procura manter contato permanente com os participantes do projeto para que possam estruturar-se enquanto grupo nesse processo e adquirir a sua própria autonomia.

Atualmente, os principais desafios na comissão de infraestrutura é a organização do espaço e materiais necessários à realização da feira, além disso, a confirmação e participação dos empreendimentos a cada edição da feira da Economia Solidária, apesar de ser um meio de controle das faltas e das justificativas atribuídas a estas, há a existência de alguns feirantes que acabam confirmando sua participação, mas não auxiliam na organização da estrutura, seja no período de montagem ou desmontagem.

Na comissão de Finanças, o maior esforço no atual momento é a arrecadação de taxa simbólica mensal dos empreendimentos, com a qual se tenta suprir a manutenção de alguns equipamentos que são utilizados, tais como as barracas, além de contribuir para futuras demandas eventuais que possam aparecer, estando atreladas às participações ou organizações de eventos externos.

A Comissão de Divulgação tem passado pela sua fase mais ativa, sendo a comissão que adquiriu mais autonomia em relação a equipe do projeto. Os integrantes dessa comissão têm usado os *banners* de divulgação dentro e fora do campus, criado e distribuído *vouchers* de compras na feira para datas festivas e produzido materiais que divulgam cada edição da feira e cada um dos empreendimentos, para serem compartilhados no *Instagram* pessoal dos feirantes e dos empreendimentos, criando assim uma rede de divulgação da realização de cada edição da feira. Outra atribuição é a organização de eventos artísticos culturais durante as feiras, contudo, isso ainda não ocorre de forma satisfatória, sendo que há grande dificuldade de encontrarem atrações, ficando muito dependente de contatos e indicações da equipe do projeto.

Já na comissão de Formação Continuada foram realizadas diversas tentativas de colocá-la em atividade, incluindo a proposição e execução de reuniões remotas, fora do horário de funcionamento da feira, com a mediação de bolsistas do projeto, a fim de facilitar o acesso e a escuta dos feirantes. Contudo, uma queixa foi levantada: o descomprometimento de



alguns membros com a sua comissão, acarretando em conflitos e até mesmo no não funcionamento de maneira adequada. Assim, torna-se possível assumir que não ter um aparato de como efetuar/conduzir essas reuniões, como também pela dificuldade de proposição de um horário, que compromete a presença dos participantes em virtude das diferentes rotinas corriqueiras de cada membro. Dessa maneira, é notório a carência de um maior esclarecimento a respeito do próprio conceito de Economia Solidária, seus princípios e valores a serem respaldados, assim como na sua dimensão prática, até mesmo para conseguir instruir novos feirantes que forem adentrar no projeto, para que possam entender a dimensão identitária que o coletivo está procurando promover.

4. Considerações

Percebe-se que, no andamento das implementações de um modelo alternativo de organização na lógica da Economia Solidária, ainda é mantida uma postura institucionalizada ao modelo econômico capitalista que estamos inseridos. Assim, muitos empreendimentos, ao ingressarem no coletivo o fazem pensando, prioritariamente, no aumento da visibilidade do próprio empreendimento, no incremento da venda de seus produtos, bem como o acesso a feiras em eventos maiores e ocasionais, organizados dentro do Campus da UEM ou pela Prefeitura de Maringá. Tendo em vista a escassez de um embasamento teórico, novamente, é ressaltado o papel dos discentes e docentes nesse processo, necessitando de um maior cuidado para que seja de fato uma mediação, um meio instrutivo que possibilite a apreensão do significado dos pressupostos da Economia Solidária para não se restringir à postura assistencialista, de prestação de auxílios para sobreviver dentro de um modelo competitivo e desigual, e sim uma alternativa econômica e sustentável, que vislumbra o desenvolvimento mútuo dos participantes em relação a sua autoconfiança, produção local e de um desenvolvimento sustentável.

Referências



AMARAL, Denise Kassama Franco do. **Cartilha de Economia Solidária**. Conselho Federal de Economia, 2020.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.